

Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056

Orientações para o estudo

PARTE II. Para conhecer a sociedade portuguesa: conhecimento empírico, descrição e interpretação

Tema 4. Organização política: queda do Estado Novo, o Portugal democrático e a integração europeia – Semana 3

Nesta última semana dedicada ao tema 4 da parte II do programa desta unidade curricular focar-nos-emos, sobretudo, no subtema 4.4. Portugal e a União Europeia, ainda que o texto que deverão ler forneça também informação pertinente para os subtemas 4.2 (“Descolonização”) e 4.5. (“Cidadania e qualidade da democracia”).

Com base no texto de Boaventura de Sousa Santos, escrito no auge da crise económica pós-2008, encararemos a relação entre Portugal e a Europa segundo uma visão historicamente ampla. Nos argumentos avançados por Santos, é central a conceptualização de Portugal como uma sociedade semi-periférica, conceito que já abordámos anteriormente mas que desenvolveremos esta semana. Dado que já vos forneci uma breve descrição do conceito de semi-periferia no documento com orientações para o estudo do tema 3 da parte II do programa curricular, não a repetirei aqui.

A posição semi-periférica dá há séculos origem a análises críticas dos problemas de Portugal. Curiosamente, as supostas causas dos problemas de Portugal são ciclicamente repetidos em momentos e contextos históricos muito distintos. Mais do que indicar a permanência de quaisquer características intrínsecas aos/às portugueses/as – a preguiça, a submissão, a estupidez, ou outras – esta repetição da análise mostra-nos que a posição semi-periférica de Portugal no sistema-mundo existe, pelo menos, desde o século XVI, e que as fragilidades da sociedade portuguesa são, em grande medida, por ela explicadas.

Historicamente, a relação de Portugal com a Europa é tensa, sendo marcada por períodos de afastamento e de aproximação. Como Santos deixa claro, a Europa tal como a entendemos hoje é histórica, económica, política e filosoficamente indissociável do colonialismo. Neste sentido, é a partir da tripla relação entre Portugal, as (ex-)colónias e a Europa que a relação de Portugal com a Europa deve ser compreendida. Como Santos refere em diversas passagens, Portugal foi, durante séculos, simultaneamente, um país colonizador (das ex-colónias) e colonizado pelo países europeus centrais, sobretudo, por Inglaterra. Esta dupla condição está na origem de muitas das contradições históricas da sociedade portuguesa, bem como das elevadas desigualdades sociais que a caracterizam.

Segundo Santos, há momentos em que estas contradições se tornam mais evidentes e são contestadas de forma mais veemente. É a partir desses momentos que Santos constrói o seu argumento neste texto. Há, então, três momentos cruciais da relação entre Portugal e a Europa

que merecem ser discutidos: o “momento de rejeição” de Portugal pelos países centrais europeus (1890-1930), o “momento de aceitação” de Portugal por estes países (1974-2011), e o momento há 10 anos indeterminado que Santos designa como “o momento da tolerância” (2011 em diante), que é apenas outro nome para “a rejeição disfarçada de aceitação”. Dado que a relação entre Portugal e a Europa é, como referi, tripla e não dupla, estes momentos têm uma relação inerente como o colonialismo. Assim, o “momento da rejeição” é também o “momento europeu colonial”, tal como o “momento da aceitação”, correspondendo ao período posterior à descolonização política formal, é o “momento europeu neocolonial”.

Em todos estes momentos, foi verificável aquilo a que Santos chama “imaginação ao centro”, *i.e.*, a ilusão no seio da sociedade semi-periférica portuguesa de que esta é, ou pode vir a ser em breve, uma sociedade central na medida em que estabelece uma presença fixa num espaço geopolítico no qual existem países centrais. Durante o momento da rejeição de Portugal pelos países europeus centrais, a imaginação ao centro assumiu a forma de imaginação de Portugal como uma potência colonial ao mesmo nível dos países centrais (Inglaterra, França, Alemanha, *etc.*). Este imaginário permaneceu activo durante o Estado Novo, já após o final do momento da rejeição, na forma da grandeza da nação portuguesa da qual o Portugal europeu era apenas uma pequena parte. Já durante o momento da aceitação de Portugal pelos países europeus centrais, portanto, após a descolonização política formal e a perda do estatuto geopolítico de potência colonizadora, a imaginação ao centro assumiu a forma de imaginação como parte da Europa ao mesmo nível dos Estados-nação mais poderosos da Europa, sobretudo, após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE)/União Europeia (UE). Em nenhum destes momentos, porém, Portugal teve condições estruturais para se tornar numa sociedade central no sistema-mundo ou sequer na União Europeia, onde permanece uma sociedade periférica.

O momento da rejeição, ou momento europeu colonial, tem o seu ponto crítico no final do século XIX. A conferência de Berlim sobre a divisão de África, realizada em 1884-1885, da qual Portugal foi excluído por não ser um Estado-nação central, e o posterior ultimato inglês de 1890 deixaram claro que Portugal era uma sociedade semi-periférica no sistema-mundo e, logo, que se encontrava numa posição subordinada face aos países centrais. A conferência de Berlim rejeitou o critério de divisão colonial de territórios em que Portugal alicerçava todas as suas pretensões imperiais: o direito histórico de “descoberta”. Em vez deste, os países centrais estruturaram o seu empreendimento colonial capitalista em torno do direito de ocupação efectiva dos territórios por um Estado imperial europeu. Em resposta a isto, Portugal apresentou as suas pretensões coloniais publicamente na forma do “mapa cor de rosa” que estabelecia uma faixa de território ligando Angola e Moçambique como propriedade colonial portuguesa. Chocando isto com as pretensões coloniais dos países europeus centrais, Inglaterra emitiu um ultimato a Portugal, em 1890, exigindo que o país prescindisse desta reivindicação. Dada a sua posição

subalterna, Portugal cedeu plenamente ao ultimato, o que constituiu um choque para as elites portuguesas do final do século XIX (aliás, foi deste choque que resultou a composição do actual hino nacional Português).

Na sequência deste choque, Portugal procurou, de forma inconsistente, reforçar a sua posição como potência colonizadora. Dado que a Europa rejeitara o país, não poderia ser a Europa o caminho para Portugal se tornar num país central no sistema-mundo; o trajecto teria de assentar no colonialismo imperialista. Até então, na maioria das colónias portuguesas (mas não em todas), a colonização era um empreendimento esporádico em busca de ganhos imediatos, mas sem investimento que tornasse possível um projecto longitudinalmente coerente de apropriação e acumulação de capital. Eram, precisamente, tais projectos que os países europeus centrais se encontravam a desenvolver no século XIX, estimulando o capitalismo à custa do colonialismo. Ora, apesar de tentativas de mimetizar o exemplo colonial inglês, Portugal foi incapaz de tornar-se um colonizador à imagem do modelo central, permanecendo uma sociedade marginal no panorama geopolítico e geo-económico.

O momento da rejeição extravasa do final do século XIX para marcar a relação entre Portugal, a Europa e as colónias durante o Estado Novo. Em grande medida, o Estado Novo apoia-se na rejeição de Portugal pelos países centrais europeus para construir uma mitologia identitária nacional assente na especificidade de Portugal e dos/as portugueses/as no mundo. O isolamento decorrente da rejeição transforma-se, assim, em parte do desígnio nacional, que se quer fechado sobre si mesmo, mas em toda a sua extensão colonial imperial. O “orgulhosamente sós” proferido por Salazar durante a guerra colonial mais não é do que uma expressão disto.

Contudo, durante o Estado Novo, a rejeição de Portugal pelos países centrais – europeus, mas também as potências mundiais emergentes da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética – tem uma forma distinta da que assumira no final do século XIX. Se, aquando da conferência de Berlim e do ultimato inglês, a causa da rejeição era a incompetência de Portugal como colonizador – uma incompetência expressa pelo carácter não-sistemático da colonização portuguesa, que é incompatível com os objectivos de acumulação de capital – durante o Estado Novo o problema é outro. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, os países centrais do sistema-mundo alteraram a sua estratégia de dominação geopolítica, passando, mesmo que não de modo inteiramente ufano, a apoiar os movimentos de descolonização política formal que se ouviam nas colónias. Ao mesmo tempo, no bloco ocidental, os países europeus centrais assumiram a democracia liberal representativa como regime político incontornável. Descolonização e democracia representativa foram, desde este período, os aspectos político-económicos em que assentou o novo espírito do capitalismo. Ora, desde 1926, Portugal era uma ditadura e mantinha-se resolutamente preso à sua posição como império colonial, o que era um anacronismo que não poderia levar a outra coisa que não à continuação da rejeição pelos países centrais. Porém, dada a Guerra Fria, esta rejeição é, a espaços, menos

expressiva do que no período anterior pois a manutenção do controlo territorial português nas colónias dificultava que as colónias fossem controladas pelo bloco soviético. Ao olhos do bloco ocidental e, sobretudo, dos EUA, a ditadura colonial provinciana de Salazar era, apesar de tudo, preferível ao perigo vermelho.

Esta instrumentalização do colonialismo português pelo bloco ocidental não duraria muito tempo. A intensificação da oposição interna ao regime ditatorial andou a par com o aumento da pressão internacional para a autonomia política das colónias portuguesas. A partir da década de 1960s, sobretudo, a partir da eclosão da guerra colonial, em 1961, quer o bloco ocidental, quer o bloco de leste, pressionaram repetidamente Portugal para iniciar a descolonização das suas colónias através das Organização das Nações Unidas. A ambos os blocos juntou-se o movimento dos países não-alinhados, cujos membros eram, em muitos casos, ex-colónias de outros países. Como já discutimos noutros temas do programa curricular, esta oposição culminou na revolução de 25 de Abril de 1974 e na posterior descolonização política formal (da maioria) das ex-colónias portuguesas, em 1975.

Foi este o início do “momento de aceitação” que, como Santos deixa claro, é também o momento europeu neocolonial. *Neo-colonial* e não *pós-colonial* ou *des-colonial*. O colonialismo político formal terminou, mas as estruturas coloniais de poder permaneceram. Os Estados-nação centrais cederam na descolonização política formal, garantindo a permanência de uma matriz de poder colonial, expressa, desde logo, pela manutenção de relações económicas mundiais de subordinação das ex-colónias às ex-metrópoles.

Este momento de aceitação é marcado não só pelo fim da ditadura e do colonialismo formal como pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), posteriormente convertida em União Europeia (UE), em 1986. O processo de imaginação ao centro como potência colonial termina; (re)começa o processo de imaginação ao centro como membro da Europa ao mesmo nível dos países centrais. O carácter semi-periférico, contudo, permanece, ainda que reformulado. Nas décadas seguintes, Portugal modernizou-se graças a fundos estruturais europeus e a políticas europeias de convergência. Mas, apesar desta modernização, a sociedade portuguesa não se aproximou de modo significativo da posição (política, económica, *etc.*) dos países europeus centrais.

Com a crise mundial que começou em 2008, Santos considera que entrámos num outro momento da relação Portugal/Europa/colónias. A crise mundial mescla-se e acentua a histórica crise estrutural da sociedade portuguesa. Aquando da publicação original deste texto, em 2011, no auge da crise, Santos considerava que este era ainda um momento indeterminado, podendo assumir formas diversas. Contudo, considerava também que o cenário mais provável era o de se tratar de um “momento de tolerância” de Portugal pelos países europeus centrais. Este momento de tolerância mais não seria do um “momento de rejeição disfarçada de aceitação” na medida em que, formalmente, Portugal permanecia e permanece um Estado-membro da UE,

logo, mesmo estando na sua periferia, é semi-periférico à escala do sistema-mundo, mas, ao mesmo tempo, as medidas de austeridade draconianas e injustas impostas pela Troika composta pela UE, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional, e ufanamente implementadas pelo executivo governamental PSD/CDS, traduzir-se-iam num processo de pressão geopolítico que empurraria Portugal da semi-periferia para a periferia.

A Troika passou, a austeridade suavizou, a vida continuou e a memória começou a desvanecer-se. Pelo menos, até ao momento em que, menos de uma década depois, começamos a experiência pandémica epidemiologicamente causada pelo vírus SARS-CoV-2 e, neste ano de 2022 em que escreve estas orientações para o vosso estudo, a crise económica que se começa a fazer sentir, também por efeito da invasão russa da Ucrânia, ameaça ter consequências ainda mais dramáticas do que as da crise pós-2008.

Ao ler o texto de Boaventura de Sousa Santos deverão ter presente que, como ocorre com todos os autores que publicam muito, algum trabalho de edição adicional deveria ter sido realizado neste texto para eliminar repetições e aprimorar a estrutura argumentativa. Para mais, escrevendo o autor inegavelmente bem, a sua escrita tem um aspecto literário que poderá dificultar-vos a primeira leitura. Por vezes, ideias importantes estão mais escondidas do que deveriam em jogos de palavras; outras vezes, é conferido um destaque imerecido a ideias menos relevantes. A única solução para enfrentar tais textos é a que nos foi recomendada pelo grande poeta que foi António José Forte no seu magnífico texto “Os bois e os livros”: devemos ler como os bois comem; a leitura é um exercício ruminante; temos de mastigar, cuspir, e voltar a mastigar; ler, parar, pensar, tirar notas, fazer resumos, e voltar a ler. Durante a ruminação literária, lembrem-se que o fórum de dúvidas e a equipa docente estão ao vosso dispor.

Para realizar o estudo dos subtemas do tema 4 da Parte II do programa curricular que serão abordados esta semana, deverá ler o texto indicado de seguida.

Santos, Boaventura de Sousa (2013), “Um diagnóstico português”, *in idem, Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo: Cortez. Ed. Orig. 2011.

Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura do texto acima indicado.

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Partilhe as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>